

# POR QUE OS COMANDANTES NÃO DEVEM CALAR

*José Cimar Rodrigues Pinto*

A recente manifestação de dois Comandantes Militares, às vésperas do julgamento do ex-presidente Lula, causou apreciável polêmica, tanto de origem midiática quanto intelectual, mormente de cunho depreciativo, como se vigorasse proibição contra tais pronunciamentos.

## ***A preocupação tem motivos, refere-se à participação dos militares na política.***

Atividade que provém da década de 1920, para falar das raízes mais recentes, ocasião do desabrochar do tenentismo. Esse movimento, no decênio seguinte, viu-se embrulhado pelas ideias dominantes da época – fascistas, nazistas, comunistas, liberais – e foi encilhado e montado, como cavalgada, pelos políticos e, dessa forma, estabeleceu-se no País.

O resultado prático foi a maior politização dos militares, que passaram a defender, dentro da caserna, ideais, objetivos e interesses ideológicos e partidários. Não raras vezes envolvendo-se em episódios de violência e mortes.

O ativismo militar, todavia, não ocorria sem causar mal-estar entre os próprios componentes do segmento castrense. Na década de 1930, Góis Monteiro proclamava que “sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não apolítica no Exército”;<sup>5</sup> conclusão assumida por esse mesmo líder diante da existência de “uma espécie de Exército duplo: o que obedecia às ordens do QG revolucionário e o que obedecia ao Ministro da Guerra”.<sup>6</sup>

Humberto de Alencar Castelo Branco, então capitão, sob o pseudônimo de “Coronel Y”, escreveu na *Gazeta do Rio* diversos artigos na época da Assembleia Constituinte, em 1933, tratando, justamente, dos malefícios causados por procedimentos, cujas ideias contrárias a tais atitudes seriam utilizadas, posteriormente, no raiar de um novo regime.

---

<sup>5</sup> MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d. p. 163.

<sup>6</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, Meu Pai*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 346.

Referindo-se ao período getulista, Nélon Werneck Sodré registra que a “intromissão dos militares revolucionários na política e na administração do País trazia evidentes perturbações à vida das Forças Armadas” contrariando os profissionais “que esposavam honestamente a tese que reservava aos quartéis a atividade do soldado”.<sup>7</sup>

A queda do Estado Novo proporcionou oportunidade de mais atividades políticas envolvendo a gente das armas, como ocorreu com os Clubes Militares, fomentadores da participação castrense na política, apoiando ou opondo-se aos governantes, servindo mesmo como epicentro de agitações envolvendo o segmento armado, cujas emanções espraiavam-se para as Escolas e organizações militares, onde suas publicações eram lidas e debatidas.

***Dessa ocasião em diante, tornaram-se comuns as manifestações de coronéis e generais, que, logo em seguida, seriam acrescidas daquelas dos subtenentes, suboficiais, sargentos, cabos, soldados e marinheiros, assim mesmo, nessa (des)ordem, asfixiando a precedência, a hierarquia e a disciplina.***

Tudo isso, naturalmente, rematado por golpes e contragolpes frequentes, alcançando o número de seis, apenas, entre 1945 e 1964 – para não citar as inúmeras revoltas, rebeliões, insurreições, motins, tais como Aragarças e Jacareacanga – paradoxalmente considerados por Alfred Stepan como parte intrínseca, mantenedora mesmo, daquela exótica “democracia”, mas que se constituíam, na verdade, nos símbolos maiores da dependência do sistema político brasileiro a esse estranho mecanismo, responsável maior por sua corrupção e, afinal, falência.

O movimento civil e militar de 31 de Março de 1964 conduziu uma extirpação da participação dos militares na política. Esse processo foi descrito em inúmeras obras acadêmicas e literárias. Por exemplo, sobre os reflexos na esquerda, por Maria Helena

---

<sup>7</sup> SODRÉ, Nélon Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 245.

Moreira Alves,<sup>8</sup> e, na direita, por José Amaral Argolo<sup>9</sup> e Maud Chirió,<sup>10</sup> dentre tantos outros autores notáveis.

Nesse caminho, não destituído de retrocessos, narrado na tese *Relações Civis e Militares entre 1964 e 1985: Contribuição Teórica e Interpretativa*, foram excluídos, sob duro cerceamento, milhares de militares de todos os postos e graduações, ou seja, de almirantes de esquadra e generais de exército até soldados e marinheiros, esquerdistas e direitistas, tudo com o fito de extirpar a participação militar na política. O segmento armado, em termos numéricos, foi o mais atingido por tais medidas repressivas.

Durante esse processo, o *regime* ultrapassou diversos momentos críticos, como aquele da Emenda Constitucional nº 9, de 22 julho de 1964, impondo a transferência para a inatividade dos militares que ocupassem cargos políticos, dentre eles diversos oficiais generais de prestígio; ou da expulsão, cassação, transferência para a reserva, reforma, negativas de engajamento e reengajamento para membros do segmento armado envolvidos em atividades políticas; da derrocada do ministro da Aeronáutica e todos os envolvidos no episódio da morte do guerrilheiro e terrorista Stuart Angel, efetivada pelo Presidente Médici, a qual incluiu o destacado líder direitista e brigadeiro João Paulo Moreira Burnier; das diversas crises enfrentadas por Geisel, levando-o à destituição do ministro do Exército, general Sylvio Frota; dentre tantas outras.

***Em 1985, ao encerrarem a sua longa e última intervenção no eixo da política brasileira, os componentes das forças armadas, pela primeira vez na história do Brasil, afastaram-se dessa costumeira atividade.***

Samuel P. Huntington diria que foram neutralizados, esterilizados politicamente, nesse caso pelos próprios militares.

---

<sup>8</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>9</sup>ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996; e ARGOLO, José Amaral, FORTUNATO, Luiz Alberto M. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

<sup>10</sup> CHIRIÓ, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Em seu nível mais superficial e evidente, esse fenômeno contribuiu para o restabelecimento da ordem, da hierarquia, da disciplina e das regras de precedência, em um ambiente claramente mais homogêneo, escoimado de esquerdistas e direitistas, escaldados por cassações, prisões, transferências e expurgos; ao mesmo tempo, dotou a caserna de mecanismos capazes de eliminar qualquer divergência política, administrativa ou disciplinar.

Além desses desdobramentos mais óbvios, ocorreram outros bem mais profundos, que impactam aspectos políticos, econômicos, psicossociais, científicos, tecnológicos e militares. Dentre tantos, elege-se, nesse artigo, a ética, por sua conexão fundamental com a temática ora em análise e onde ocorreu uma alteração fundamental. De forma a conferir nitidez a essa transformação, apresentar-se-á três referências sobre seu exercício: pelo homem comum, por políticos e, finalmente, pelos militares.

Observe-se, inicialmente, a ética dos homens comuns, a qual, em termos hipotéticos e simplificados, consiste em uma *escolha*, individual ou coletiva, que é exercida em suas deliberações e decisões, nas quais entram em conflito paradigmas, normalmente morais, muitas vezes opostos entre si, sobre o que seria bom, justo ou moralmente correto.

Entretanto, tais noções não se aplicam às duas outras formas de exercício da ética que se quer ressaltar: nem ao trabalho dos homens práticos da política, nem aos militares. Pois não será aquele livre arbítrio dos homens comuns que irá governar suas decisões. Caso fosse, levaria ao fracasso seus desideratos e à falência seus empreendimentos.

A forma de proceder na política, por exemplo, é larga, maleável, mutável ao sabor das conveniências, oportunidades e das maiorias legislativas ou judiciais e de suas projeções no âmbito do Poder Executivo, submetida aos ditames frios, racionais, muitos obscuros, configurada na manipulação de *todos os meios* disponíveis e que ficou bem delineada sob a denominação de *ética da responsabilidade* na célebre conferência de Max Weber (1919) versando sobre *A Vocação da Política*.

Nesse mundo, magistralmente descrito por aquele célebre autor, tudo é válido, desde propugnar por um mundo ideal até alterar constituições, leis e regulações, usando das mais educadas formas de proceder até blefes, despistamentos, dissimulações, engodos, enganos, mentira, chantagem ou coisas muito piores, em suma, tudo que possa levar os *meios* a alcançar seus *fins*, nesse sentido maquiavélicos, em prol da conquista e manutenção do poder. Em tese, o *munus* que permite a sobrevivência, o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar da cidadania perante a qual responde o soberano.

Tome-se como exemplo o caso da reeleição de Presidente da República no Brasil: constitucionalmente proibida de 1891 até 1937, foi admitida por omissão, já que não vedada, na Carta da Ditadura getulista, conhecida como *Polaca*, permitindo-lhe governar até ser derrubado em 1945; voltou a ser impedida na Constituição de 1946, condição que nem os governantes militares ousaram alterar; mas, em 1997, foi novamente reabilitada, sob a viva atenção da cidadania quanto às práticas adotadas para que tais modificações fossem efetivadas.

Resta abordar a ética militar, aquela que ficou evidenciada após a extirpação da atividade política do seio castrense, ocasião, a partir da qual, restaurou-se uma *ética de obediência*, de absoluta restrição, honorável, intocável, dura e inflexível.

Enriquecida por experiência mais do que milenar, reificada por princípios, valores, virtude e devoção, tem sua hermenêutica de conduta extraída de uma complexa rede de regras, estabelecida mediante a integração de tradições, costumes e normas, constitucionais, legais e regulamentares, onde se deve obedecer a tudo que está escrito e mais o que não está, sob penas administrativas, cíveis e penais, condição que faz convergir, por meio de estímulos ou sanções, o "dever ser" para o "ser".

Observe-se o caso da obra de ampliação da capacidade do pátio do terminal de passageiros 3, do Aeroporto de Guarulhos, conduzida pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro: orçada em R\$ 417.000,00 para ser executada em 28 meses; concluída com devolução de R\$ 150.000,00 em economia (<http://www.folhapolitica.org/2013/05/Exercito-devolve-150-milhoes-de.html>).

É sob o signo dessa polaridade, transformada em primordial, após 1985, que devem operar os atuais comandantes militares. São esses homens que devem fazer funcionar suas instituições, a despeito das colisões previsíveis ou não entre as regras referenciais que regem éticas opostas.

***Como fazer com que seus subordinados sejam obedientes à cadeia hierárquica, apesar das idiosincrasias associadas à atividade política e a sua prática?***

Por meio da liderança, cujo veículo basilar consiste em atos e mensagens. Para que sejam efetivas, deve-se possuir autoridade formalmente instituída, capacidade de influenciar, competência técnica e carisma, sobretudo dar o exemplo, sob conduta ilibada e honesta, ou seja, agir em casa, no quartel, no banco e nas obras ou no palácio sob o apanágio da integridade.

Por meio da liderança é que o comandante militar obtém a obediência necessária para que seus comandados não se sintam incitados a participar da política, garantindo a essa atividade a estabilidade crucial para a convivência dos opostos.

Queiramos ou não, os comandantes militares são uma interface com a política, sendo da natureza do cargo falar pelos seus subordinados.

Tentar calá-los servirá unicamente para acordar os anseios dos subalternos, pois o vácuo e o silêncio são os viveiros das vozes alternativas, incompatíveis com o profissionalismo, a hierarquia e a disciplina, duramente conquistados, à custa de muitos sacrifícios.

---

*O autor: José Cimar Rodrigues Pinto (Doutor em Ciência Política) é oficial da reserva da Marinha do Brasil, e, atualmente, assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.*

**Seu comentário é muito bem-vindo!**

**Envie-o para “[cee18@esg.br](mailto:cee18@esg.br)”**